

LÍNGUA PORTUGUESA**Os meios de comunicação como exercício de poder**

Por Marilena Chauí - Palestra proferida no lançamento da campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo”, em 27/08/2012, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Podemos focalizar o exercício do poder pelos meios de comunicação de massa sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico.

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação fazem parte da indústria cultural. Indústria porque são empresas privadas operando no mercado e que, hoje, sob a ação da chamada globalização, passa por profundas mudanças estruturais, “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições de domínio na mídia.”, como diz o jornalista Caio Túlio Costa. Além da forte concentração (os oligopólios beiram o monopólio), também é significativa a presença, no setor das comunicações, de empresas que não tinham vínculos com ele nem tradição nessa área. O porte dos investimentos e a perspectiva de lucros jamais vistos levaram grupos proprietários de bancos, indústria metalúrgica, indústria elétrica e eletrônica, fabricantes de armamentos e aviões de combate, indústria de telecomunicações a adquirir, mundo afora, jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, satélites, etc.

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se ergue contra dois direitos democráticos essenciais: a isonomia (a igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito à palavra ou o igual direito de todos de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente e isso lhes é roubado pelo poder econômico dos meios de comunicação.

A isonomia e a isegoria são também ameaçadas e destruídas pelo poder ideológico dos meios de comunicação. De fato, do ponto de vista ideológico, a mídia exerce o poder sob a forma do que denominamos a ideologia da competência, cuja peculiaridade está em seu modo de aparecer sob a forma anônima e impessoal do discurso do conhecimento, e cuja eficácia social, política e cultural está fundada na crença na racionalidade técnico-científica.

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como pré-determina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Numa palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem e por isso mandam, e os incompetentes, que não sabem e por isso obedecem.

Enquanto discurso do conhecimento, essa ideologia opera com a figura do especialista. Os meios de comunicação não só se alimentam dessa figura, mas não cessam de instituí-la como sujeito da comunicação. O especialista competente é aquele que, no rádio, na TV, na revista, no jornal ou no multimídia, divulga saberes, falando das últimas descobertas da ciência ou nos ensinando a agir, pensar,

sentir e viver. O especialista competente nos ensina a bem fazer sexo, jardinagem, culinária, educação das crianças, decoração da casa, boas maneiras, uso de roupas apropriadas em horas e locais apropriados, como amar Jesus e ganhar o céu, meditação espiritual, como ter um corpo juvenil e saudável, como ganhar dinheiro e subir na vida. O principal especialista, porém, não se confunde com nenhum dos anteriores, mas é uma espécie de síntese, construída a partir das figuras precedentes: é aquele que explica e interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele que devassa, eleva e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros – em suma, o chamado “formador de opinião” e o “comunicador”.

Ideologicamente, o poder da comunicação de massa não é uma simples inculcação de valores e ideias, pois, dizendo-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer, o especialista, o formador de opinião e o comunicador nos dizem que nada sabemos e por isso seu poder se realiza como manipulação e intimidação social e cultural.

Um dos aspectos mais terríveis desse duplo poder dos meios de comunicação se manifesta nos procedimentos midiáticos de produção da culpa e condenação sumária dos indivíduos, por meio de um instrumento psicológico profundo: a suspeição, que pressupõe a presunção de culpa. [...]

1. Assinale a opção sobre a ideia que se confirma no texto:

(I) O exercício do poder pelos meios de comunicação de massa se exerce, exclusivamente, pelo aspecto econômico e ideológico.

(II) No Brasil, o privilégio de que se beneficiam parlamentares e lobbies privados ocorre em conformidade com a isonomia e a isegoria.

(III) O especialista competente é aquele profissional capacitado para nos dar orientações sobre como devemos conduzir nossa vida.

(IV) A manipulação e a intimidação social e cultural são manifestações do exercício do poder do especialista, do formador de opinião e do comunicador sobre nós.

- a) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- e) Apenas a afirmação IV está correta.

Sobre o período abaixo, responda as questões 2 e 3:

2. Responda a afirmativa correta:

No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de “coronelismo eletrônico”, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedidos a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, apropriando-se de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação:

- a) O termo *isto é* é um elemento remissivo que promove uma referência catafórica a **poderio econômico dos meios**.
- b) O termo *isto é* é um elemento remissivo que promove uma referência anafórica a **poderio econômico dos meios**.
- c) O termo *isto é* é um elemento remissivo que promove uma referência anafórica a **coronelismo eletrônico**.
- d) O termo *isto é* é um elemento remissivo que promove uma referência catafórica a **coronelismo eletrônico**.
- e) O termo *isto é* é um elemento remissivo que promove uma referência endofórica a **poderio econômico dos meios**.

3. Em *de tal maneira que* e *para* são operadores argumentativos que introduzem, respectivamente, uma:

- a) Finalidade e consequência
- b) Contraposição e consequência
- c) Consequência e analogia
- d) Analogia e finalidade
- e) Consequência e finalidade

4. No enunciado: “... e cuja eficácia social, política e cultural está fundada na crença na racionalidade técnico-científica.” Tomando como exemplo *racionalidade técnico-científica*, podemos afirmar que a regra para o uso do hífen na expressão em destaque é, respectivamente, a mesma em:

- a) Macro-história, carro-bomba, político-social
- b) Azul-claro, mini-hotel, macro-história
- c) Ultra-humano, zigue-zague, médico-cirurgião
- d) Porto-alegrense, primeiro-ministro, macro-história
- e) Arranha-céu, decreto-lei, ultra-humano

5. Em *Os meios de comunicação não só se alimentam dessa figura, mas não cessam de instituí-la como o sujeito da comunicação*, os termos grifados poderiam ser substituídos, sem prejuízo do sentido, por:

- I. não apenas; e assim
- II. não unicamente; assim
- III. não somente; como também
- IV. não somente; mas também

- a) I e II estão corretas
- b) II e IV estão corretas
- c) III e IV estão corretas
- d) Somente a III está correta
- e) Somente a IV está correta

6. Indique a opção em que o emprego do **que** tem a mesma função empregada no período abaixo:

*O principal especialista, porém, não se confunde com nenhum dos anteriores, mas é uma espécie de síntese, construída a partir das figuras precedentes: é aquele **que** explica e interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele **que** devassa, eleva e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros – em suma, o chamado “formador de opinião” e o “comunicador”.*

- a) A coesão é um recurso linguístico, de natureza sintático-semântica, que assegura a continuidade, a sequência e a unidade do texto.
- b) Que hábitos estranhos você tem!
- c) Podemos afirmar que produzir textos é um ato de transformação.
- d) Parecia que o céu ia cair de tanta chuva.
- e) Tanto fez que ganhou o campeonato em primeiro lugar.

7. O enunciado que **respeita** o padrão culto escrito é:

- a) O “erro” linguístico, do ponto de vista sociológico e antropológico, se baseia numa avaliação negativa que nada têm de linguística: é uma avaliação baseada apenas no valor social atribuído ao falante.
- b) A leitura, quer do mundo, quer de livros, só se aprende e se vivencia, de forma plena, coletivamente, na experiência com os outros.
- c) Um texto, para ser coerente, precisa apresentar certa lógica afim de que atinja seu objetivo.
- d) É a entonação, um recurso estilístico, que permite distinguir uma declaração de uma interrogação; um enunciado que revele surpresa de outro que não passe de simples enumeração.
- e) A palavra *híbrido* é de origem grega, onde significa ultraje, afronta, porque para os gregos qualquer miscigenação era violação às leis naturais.

8. Marque a opção em que a crase foi empregada **inadequadamente**:

- a) Para você chegar à feira, dobre à esquerda, depois à direita e siga em frente.
- b) Procon/MA vai as ruas para informar à pais de alunos sobre listas escolares abusivas.
- c) Minha mãe adorava sapatos com salto à Luís XV.
- d) Não precisa de todo esse capricho com o cabelo porque à noite todos os gatos são pardos.
- e) À luz das escrituras, todos somos irmãos.

9. A opção em que o termo grifado **não** está acentuado graficamente quanto às novas normas em vigor é:

- a) Ontem ele não **pôde** desfilhar por sua escola; somente sua esposa **pôde**.
- b) A prefeitura do Rio montou um esquema **para** o bom funcionamento do trânsito durante o carnaval.
- c) Sua fantasia era tão esquisita que ele mais parecia um animal **pre-histórico**.
- d) Eles **vêm** aqui sempre que podem para curtir as férias.

e) Não foi uma boa **ideia** fazer festas infantis depois das 19 horas, pois as crianças já estão sonolentas.

10. Assinale a opção em que os termos grifados obedecem ao bom uso da regência:

I – Ela estava muito feliz por ter sido aprovada no concurso para **servir** na Marinha brasileira.

II – Seu pai **serviu** a pátria com orgulho.

II – **Prefiro** ficar em casa ouvindo uma boa música a ir para a folia de carnaval.

IV – Ele **percebeu** uma quantia considerável de seu tio.

- a) I, II, III e IV estão corretas
- b) Somente a II está correta
- c) I e II estão corretas
- d) Somente a III está correta
- e) Somente a I está correta

LEGISLAÇÃO

11. Considerando o processo licitatório marque a resposta CORRETA:

- a) A licitação na modalidade de concorrência não pode ser usada para valores inferiores ao seu limite.
- b) A licitação na modalidade de convite apenas podem participar os interessados previamente cadastrados e convidados.
- c) Não é possível combinar modalidades de licitação, mesmo que o objetivo seja ampliação concorrencial.
- d) A licitação na modalidade de tomada de preço exige que os interessados se cadastre até no máximo de 5 dias antes da data de recebimento da proposta.
- e) A licitação na modalidade de concurso destina-se a escolha de trabalhos exclusivamente de caráter científico.

12. Uma das formas de provimento de cargos público é:

- a) O aproveitamento
- b) O acesso
- c) A readmissão
- d) A disponibilidade
- e) Ascensão

13. Quando o servidor não satisfaz as condições do estágio probatório ensejará a:

- a) Readaptação
- b) Reconsideração
- c) Aposentadoria compulsória

d) Remoção

e) Demissão

14. Os direitos e garantias fundamentais

a) Estão taxativamente previstos na Constituição de 1988.

b) De caráter prestacional não são exigíveis do Estado.

c) Não se aplicam às relações privadas.

d) São inalienáveis e indisponíveis.

e) Podem sofrer limitações que atinjam seu núcleo essencial.

15. O serviço de educação oferecido pelas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é um exemplo de serviço;

a) Centralizado e oferecido pela administração pública direta

b) Descentralizado e oferecido pela administração pública indireta

c) Centralizado e oferecido por autarquias e fundações do governo

d) Descentralizado e oferecido por qualquer organização do governo

e) Descentralizado e oferecido pela administração pública direta

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Marque a alternativa correta que evidencia, respectivamente, as finalidades precípua das Auditorias Externas e Internas no setor público.

a) As auditorias externas têm a finalidade principal de emissão de um parecer final sobre as contas da instituição, enquanto as auditorias internas visam à revisão e avaliação do sistema de controle interno.

b) A auditoria externa visa à revisão e avaliação do sistema de controle interno, enquanto a auditoria interna tem a finalidade específica de emissão de um parecer final sobre as contas da instituição.

c) Enquanto a auditoria externa não poderá resultar em punições para os gestores públicos, a auditoria interna, em havendo detecção de irregularidades, essas punições deverão ser aplicadas pelo controle interno, imediatamente.

d) A auditoria externa visa somente à avaliação do sistema de controle interno e não a sua revisão, enquanto a auditoria interna tem a finalidade somente de revisão das ações meramente administrativas, não financeiras, do setor público.

e) A auditoria externa visa somente à revisão do sistema de controle interno, porém não emite parecer final sobre as contas das instituições, enquanto a auditoria interna tem a finalidade somente de revisão das ações administrativas no setor público.

17. Marque a alternativa correta na qual constem 3(três) objetivos da auditoria de regularidade executada pelo controle externo, segundo o INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).

a) Auditar somente a probidade das decisões administrativas tomadas pela entidade auditada; emitir parecer sobre as contas do governo, quando caracterizadas pela probidade; auditar o controle interno.

b) Emitir parecer sobre as contas do governo; auditar o controle externo; auditar somente a propriedade das decisões administrativas.

- c) Emitir parecer sobre contas do governo; auditar o controle interno e as funções da auditoria interna; auditar a probidade e a propriedade das decisões administrativas tomadas pela entidade auditada.
- d) Auditar o controle externo; emitir parecer sobre as contas do governo; auditar, somente, a improbidade administrativa.
- e) Certificar que as entidades responsáveis cumpriram sua obrigação de prestar contas, que envolve o exame, porém não envolve as avaliações dos registros financeiros, resultando na emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis da entidade auditada; auditar o controle externo, para melhorar a eficiência do controle interno; auditar, somente, a improbidade administrativa.

18. Marque a alternativa correta na qual estejam evidenciadas somente as atividades inerentes à Auditoria Interna, segundo definição do Instituto de Auditores Internos do Brasil filiado ao IIA Global (The Institute of Internal Auditors).

- a) A auditoria interna é uma atividade independente, porém não objetiva a avaliação (*assurance*), desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- b) A auditoria interna é uma atividade dependente e não objetiva a avaliação (*assurance*), porém configura-se como consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- c) A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- d) A auditoria interna é uma atividade dependente da auditoria externa, porém não objetiva a avaliação, e muito menos é uma atividade de consultoria, pois aplica penalidades, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- e) A auditoria interna é uma atividade independente e tem por objetivo, exclusivamente, a avaliação (*assurance*), porém, para validação das suas atividades de consultoria necessita do aval da auditoria externa, todavia jamais poderá adicionar valor, pois a adição de valor é própria das atividades empresariais, não estando no escopo das entidades públicas, pois não visam lucros

19. Marque a alternativa correta que diz respeito a alguns dos dez passos para a implantação de uma Boa Governança na Administração Pública, conforme o Tribunal de Contas da União.

- a) Escolha líderes competentes e avalie seus desempenhos; lidere com ética e combata os desvios; estabeleça sistema de governança com poderes de decisão balanceados e funções críticas segregadas.
- b) Escolha líderes competentes afinadas com a alta administração; lidere com ética e combata os desvios, caso sejam denunciados; estabeleça sistema de governança com poderes de decisão balanceados e funções críticas segregadas.
- c) Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle interno necessários, com o aval da administração; estabeleça função de auditoria interna independente que adicione valor à organização, de acordo com as prescrições da administração superior; estabeleça diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização, caso haja denúncias.
- d) Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle externo necessários, com o aval da administração; não estabeleça função de auditoria interna, pois são dependentes da alta administração; estabeleça diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização, havendo ou não denúncias.
- e) Estabeleça modelo de gestão da estratégia que assegure seu monitoramento e avaliação; estabeleça a estratégia considerando as necessidades das partes interessadas, de acordo com o plano tático, observando-se que a estratégia visa, somente, a curto prazo, ao passo que os aspectos táticos visam, somente a longo prazo; estabeleça metas e somente delegue poder caso não possa executar as tarefas,

liberando os recursos de acordo com os pedidos das autoridades delegadas que sejam da sua absoluta confiança.

20. Marque alternativa correta, que diz respeito às atividades de Auditoria Externa Operacional.
- a) A auditoria externa operacional diz respeito à verificação do atinente ao atingimento de metas e resultados (desempenho), em relação somente aos recursos materiais, bem como às providências tomadas para o aprimoramento da gestão como um todo.
 - b) A auditoria externa operacional diz respeito à verificação do atinente ao atingimento de metas e resultados (desempenho), em relação somente aos recursos humanos, bem como às providências tomadas para o aprimoramento da gestão como um todo.
 - c) A auditoria externa operacional diz respeito à verificação do atinente ao atingimento de metas e resultados (desempenho), em relação somente aos recursos tecnológicos, bem como às providências tomadas para o aprimoramento da gestão como um todo.
 - d) A auditoria externa operacional diz respeito à verificação do atinente ao atingimento de metas e resultados (desempenho), em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos, bem como às providências tomadas para o aprimoramento da gestão como um todo.
 - e) A auditoria externa operacional diz respeito à verificação do atinente ao atingimento de metas e resultados (desempenho), em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos, bem como às providências tomadas para o aprimoramento da gestão, no que respeita, somente, a esses aspectos, pois as demais atividades pertinentes à auditoria operacional, no que respeita ao aprimoramento da gestão como um todo da entidade, por exemplo, devem ser desempenhadas pela Auditoria Interna Operacional, fugindo ao escopo do campo da Auditoria Externa Operacional.
21. Marque a alternativa que contém os objetivos ou finalidades gerais dos levantamentos como instrumento para a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União, TCU.
- a) Os levantamentos do Tribunal de Contas da União têm como finalidades conhecer a organização e o funcionamento de órgãos/entidades da administração pública federal e não identificar objetos e instrumentos de fiscalização, porém avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.
 - b) Os levantamentos do Tribunal de Contas da União têm como finalidades conhecer a organização e o funcionamento de órgãos/entidades da administração pública federal, identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.
 - c) Os levantamentos do Tribunal de Contas da União não têm como finalidades conhecer a organização e o funcionamento de órgãos/entidades da administração pública federal, porém deverão identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.
 - d) Os levantamentos do Tribunal de Contas da União têm como finalidades conhecer a organização e o funcionamento de órgãos/entidades da administração pública federal, identificar objetos e instrumentos de fiscalização, porém não de avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.
 - e) Os levantamentos do Tribunal de Contas da União têm como finalidades conhecer a organização e o funcionamento de órgãos/entidades da administração pública federal, identificar objetos e instrumentos de fiscalização, estando condicionada à análise da viabilidade da realização de fiscalizações, à consulta prévia aos relatórios do controle interno da União, no caso a Controladoria Geral da União, CGU.
22. Marque a alternativa correta, em se tratando do instrumento de fiscalização, intitulado de auditoria, na Auditoria Governamental.

- a) Por meio da auditoria, verifica-se, via monitoramento a distância, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábeis, financeiros e patrimonial, assim como o desempenho não operacional e os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais.
- b) Por meio da auditoria verifica-se in loco a ilegalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos financeiros orçamentário e patrimonial, assim como o desempenho operacional e não operacional e os resultados positivos alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais.
- c) Por meio da auditoria, verifica-se in loco a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábeis, não financeiros, orçamentário e patrimonial, assim como o desempenho operacional e não operacional, os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais consequentes.
- d) Por meio da auditoria, verifica-se, a distância, a legalidade e a não legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábeis, financeiros e orçamentário, a exceção dos patrimoniais, assim como o desempenho operacional e os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais consequentes.
- e) Por meio da auditoria, verifica-se in loco a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentário e patrimonial, assim como o desempenho operacional e os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais.

23. Marque a alternativa correta que aborda a finalidade técnica de monitoramento, como instrumento de fiscalização, na Auditoria Governamental.

- a) O monitoramento tem como objetivo estabelecer controle ou exercer contínua fiscalização sobre as atividades de auditoria, avaliando-as em todas as etapas quanto à sua eficiência e eficácia, identificando os possíveis desvios ocorridos e suas causas, adotando medidas corretivas com vistas ao aperfeiçoamento das atividades.
- b) O monitoramento tem como objetivo estabelecer controle ou não e, ainda, exercer contínua fiscalização sobre as atividades de auditoria, avaliando-as nas fundamentais etapas da gestão pública, quanto à sua eficácia, identificando os possíveis desvios ocorridos e suas causas, adotando medidas corretivas com vistas ao aperfeiçoamento das atividades.
- c) O monitoramento não tem como objetivo estabelecer controle ou exercer contínua fiscalização sobre as atividades de auditoria, porém de avaliá-las em todas as etapas quanto à sua eficiência e eficácia, identificando os possíveis desvios ocorridos e suas causas, adotando medidas corretivas com vistas ao aperfeiçoamento das atividades.
- d) O monitoramento tem como objetivo, somente, exercer contínua fiscalização sobre as atividades de auditoria, avaliando-as em todas as etapas quanto à sua eficiência, identificando os possíveis desvios ocorridos e suas causas, sugerindo ou não medidas corretivas com vistas ao aperfeiçoamento das atividades.
- e) O monitoramento tem como objetivo estabelecer controle ou exercer contínua fiscalização sobre as atividades da gestão pública e não da auditoria, avaliando-as em todas as etapas quanto à sua eficácia, identificando os possíveis desvios ocorridos e suas causas, adotando medidas corretivas com vistas ao aperfeiçoamento das atividades.

24. Marque a alternativa correta que diga respeito às inspeções procedidas pelo Tribunal de Contas da União, TCU.

- a) As inspeções visam suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de atos e fatos administrativos praticados por responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal.

- b) Têm por objetivos obter as informações não disponíveis no TCU, ou para esclarecer dúvidas; porém não são utilizadas para apurar fatos trazidos ao conhecimento do TCU por meio de denúncias ou representações.
- c) Têm por objetivos obter as informações não disponíveis no TCU, não servindo para esclarecer dúvidas; também não são utilizadas para apurar fatos trazidos ao conhecimento do TCU por meio de denúncias ou representações.
- d) Têm por objetivos obter as informações não disponíveis no TCU; também não são utilizadas para apurar fatos trazidos ao conhecimento do TCU, através, somente, das representações, jamais por denúncias.
- e) Têm por objetivos esclarecer dúvidas, que são do conhecimento do TCU; não são, porém, utilizadas para apurar fatos trazidos ao conhecimento do TCU por meio de denúncias, especialmente anônimas, ou representações.

25. Marque a alternativa correta que diz respeito ao acompanhamento em Auditoria Governamental.

- a) Tem a finalidade de monitorar e avaliar a gestão de órgão público, ou programa governamental, por período de tempo determinado posteriormente.
- b) Tem a finalidade de avaliar e não monitorar a gestão do órgão público, entidade ou programa governamental, por período de tempo pré-determinado.
- c) Tem a finalidade de monitorar e não avaliar a gestão do órgão público, entidade ou programa governamental, por período de tempo pré-determinado.
- d) Tem a finalidade de monitorar e avaliar a gestão de órgão público, entidade ou programa governamental, por período de tempo pré-determinado.
- e) Tem a finalidade de monitorar e avaliar a gestão do órgão público, entidade, porém não os programas governamentais, pois sempre são mantidos com recursos públicos ou privados, por período de tempo não previamente determinado.

26. Marque a alternativa que contempla a correta conceituação de Plano de Auditoria Pública Externa.

- a) É um documento que apresenta um rol de auditorias programadas, aprovadas, em parte, pela entidade, que tem por finalidade dar cumprimento às competências apenas normativas, não necessariamente legais, no sentido restrito da palavra, da instituição auditora.
- b) É um documento que apresenta um rol de auditorias programadas, não necessariamente aprovadas pela entidade, que tem por finalidade dar cumprimento às competências legais e constitucionais da instituição auditora.
- c) É um documento que apresenta um rol de auditorias programadas, aprovadas pela entidade, que tem por finalidade dar cumprimento às competências legais e constitucionais da instituição auditora.
- d) É um documento que apresenta um rol de auditorias programadas, aprovadas pela entidade auditada, que tem por finalidade dar cumprimento às competências normativas da entidade auditada.
- e) É um documento que apresenta um rol de auditorias programadas, aprovadas pela entidade auditora, com a anuência do controle interno, tendo por finalidade dar cumprimento às competências legais, porém não constitucionais da instituição auditora, mormente em se tratando de Auditoria Pública.

27. Marque a alternativa correta que diz respeito ao Planejamento da Auditoria.

- a) O auditor deve planejar sua auditoria de modo a garantir a alta qualidade do trabalho. Isso significa dizer que, antes da realização propriamente dita da auditoria, o auditor deve proceder a levantamentos sobre o objeto auditado, consultando trabalhos anteriores sobre o mesmo tema, legislação pertinente, estrutura organizacional, dentre outros aspectos relevantes relacionados à função planejamento.
- b) O auditor deve planejar sua auditoria de modo a garantir a alta qualidade do trabalho. Isso significa dizer que, antes da realização propriamente dita da auditoria, o auditor não deve, por cautela, proceder a levantamentos sobre o objeto auditado, porém deve consultar trabalhos anteriores sobre o mesmo tema, legislação pertinente, estrutura organizacional, dentre outros aspectos relevantes relacionados à função planejamento.
- c) O auditor deve planejar sua auditoria de modo a garantir a alta qualidade do trabalho. Isso significa dizer que, somente ao longo da realização propriamente dita da auditoria, por cautela e, face ao elemento surpresa, o auditor deve proceder a levantamentos sobre o objeto auditado, consultando trabalhos anteriores sobre o mesmo tema, legislação pertinente, estrutura organizacional, dentre outros aspectos relevantes relacionados à função planejamento.
- d) O auditor deve planejar sua auditoria de modo a garantir a alta qualidade do trabalho. Isso significa dizer que, antes da realização propriamente dita da auditoria, o auditor deve proceder a levantamentos sobre o objeto auditado, porém, para não direcionar a auditoria, não deve consultar trabalhos anteriores, pois cada auditoria tem um tema diferente, portanto demandará o conhecimento da legislação pertinente e estrutura organizacional, dentre outros aspectos relevantes relacionados à função planejamento.
- e) O auditor deve planejar estrategicamente e taticamente a sua auditoria, de modo a garantir a alta qualidade do trabalho. Isso significa dizer que, antes da realização propriamente dita da auditoria, o auditor não deve proceder a levantamentos sobre o objeto auditado, muito menos consultar trabalhos anteriores sobre o mesmo tema, legislação pertinente, estrutura organizacional, dentre outros aspectos pouco relevantes relacionados à função planejamento, para que sejam evitados direcionamentos da auditoria.

28. Marque a alternativa correta que diz respeito ao escopo e risco em Auditoria.

- a) O escopo não trata das possíveis delimitações estabelecidas ou não para a implementação dos programas de auditoria, definidos com base nas linhas de investigação, em razão dos trabalhos desenvolvidos na fase de análise preliminar, e sim, concomitante ou posteriormente, considerando a relevância e o risco detectado.
- b) O escopo não trata da delimitação estabelecida para a implementação dos programas de auditoria, definido com base nas linhas de investigação, em razão dos trabalhos desenvolvidos na fase de análise preliminar, considerando a relevância e o risco detectado.
- c) O escopo trata da delimitação estabelecida para a implementação dos programas de auditoria, porém não é definido com base nas linhas de investigação, em razão dos trabalhos desenvolvidos na fase de análise preliminar, considerando a relevância e o risco detectado.
- d) O escopo não visa a delimitação, eventualmente estabelecida para a implementação dos programas de auditoria, não se definindo com base nas linhas de investigação, em razão dos trabalhos desenvolvidos na fase de análise preliminar, considerando a relevância e o risco detectado.
- e) O escopo trata da delimitação estabelecida para a implementação dos programas de auditoria, definido com base nas linhas de investigação, em razão dos trabalhos desenvolvidos na fase de análise preliminar, considerando a relevância e o risco detectado.

29. Marque a alternativa correta que contempla os fatores de riscos levados em consideração para a concretização de uma Auditoria Pública.

- a) O impacto social, a irrelevância, a fragilidade dos controles, os achados anteriores, as notícias não veiculadas na mídia, o diagnóstico dos órgãos e entidades fiscalizadas, a própria exigência da legislação e, ainda, a necessidade de levantamentos para subsidiar opiniões futuras.
- b) O impacto social, a relevância, a fragilidade dos controles, os achados anteriores, as notícias veiculadas na mídia, o diagnóstico dos órgãos e entidades fiscalizadas, a própria exigência da legislação e, ainda, a necessidade de levantamentos para subsidiar opiniões futuras.
- c) O não impacto social, a irrelevância, a fragilidade dos controles, os achados anteriores, as notícias veiculadas na mídia, o diagnóstico dos órgãos e entidades fiscalizadas, a própria exigência da legislação e, ainda, a necessidade de levantamentos para subsidiar opiniões futuras.
- d) O impacto social, a relevância, a fragilidade dos controles, os achados anteriores, as informações não veiculadas na mídia, a falta de diagnóstico dos órgãos e entidades fiscalizadas, a própria exigência da legislação e, ainda, a necessidade de levantamentos para subsidiar opiniões futuras.
- e) O impacto social, a relevância, a fragilidade dos controles, os achados anteriores, as informações não veiculadas na mídia, a falta de diagnóstico dos órgãos e entidades fiscalizadas, a própria falta de exigência da legislação e, ainda, a desnecessidade de levantamentos para subsidiar opiniões futuras.

30. Marque a alternativa correta que contemple os aspectos das análises e dos objetivos do Controle Interno e a sua importância para a Auditoria Governamental.

- a) Efetividade e eficiência das operações; Validade da informação; Cumprimento de leis, regulamentos, cláusulas ou condições de contratos ou de convênios aplicáveis; Salvaguarda de ativos; Prevenção de impropriedades e irregularidades, quando denunciadas.
- b) Efetividade e eficiência das operações; Validade e confiabilidade da informação; Cumprimento de leis, regulamentos, cláusulas ou condições de contratos ou de convênios aplicáveis. Salvaguarda de ativos; Prevenção de impropriedades e irregularidades.
- c) Efetividade das operações; Validade e confiabilidade da informação; Cumprimento de leis, regulamentos, cláusulas ou condições de contratos ou de convênios aplicáveis; Salvaguarda de ativos; Prevenção de impropriedades e irregularidades, quando denunciadas.
- d) Efetividade e eficiência das operações; Validade e confiabilidade da informação; Cumprimento de leis, cláusulas ou condições de contratos ou de convênios aplicáveis, e não de regulamentos, pois não têm força de lei; Salvaguarda de ativos; Prevenção de impropriedades e irregularidades, quando denunciadas.
- e) Eficiência das operações; Validade e confiabilidade da informação; Cumprimento de leis, regulamentos, cláusulas ou condições de contratos ou de convênios aplicáveis; Salvaguarda de ativos; Prevenção de impropriedades e de irregularidades, somente quando denunciadas.

31. Marque a alternativa correta que contempla o conceito e finalidade da documentação de auditoria, conforme a NBC TA 230 do Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões não alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão papéis de trabalho).
- b) Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da não evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão papéis de trabalho).

- c) Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria não relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão papéis de trabalho).
- d) Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão papéis de trabalho).
- e) Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor, porém não tem o mesmo significado de papéis de trabalho).

32. Marque a alternativa correta que associa, respectivamente, risco e procedimentos de auditoria.

- a) Quando o risco é baixo, não é recomendável a revisão analítica, com testes limitados de comprovação de saldo e transações; testes de cumprimento de normas internas, relativos aos controles-chave, quando se depositar confiança nesses controles para confirmar a avaliação de risco.
- b) Quando o risco é intermediário, são recomendáveis testes de várias fontes de evidências de auditoria, não apoiados em testes de comprovação de saldos e transações.
- c) Quando o risco é alto, são necessárias maiores desconfianças em testes de comprovação dos saldos e transações.
- d) Quando o risco é alto, não são recomendáveis os testes de comprovação dos saldos e transações e sim procedimentos de revisão analítica, para que sejam aplicados volumes mínimos de testes e revisão.
- e) Quando o risco é mínimo, são necessários volumes mínimos de testes ou revisão.

33. Marque a alternativa correta na qual conste a conceituação de Técnicas de Auditoria.

- a) Técnicas de auditoria são os métodos de investigação estabelecidos durante a fase de planejamento da auditoria, utilizados com a finalidade, não de obter evidência, e sim de fundamentar as conclusões e as opiniões do auditor quanto ao assunto sob exame.
- b) Técnicas de auditoria são os métodos de investigação estabelecidos durante a fase de realização da auditoria, utilizados com a finalidade de obter a evidência necessária, para fundamentar as conclusões e as opiniões do auditor quanto ao assunto sob exame.
- c) Técnicas de auditoria são os métodos de investigação estabelecidos durante a fase de planejamento da auditoria, utilizados com a finalidade de obter a evidência necessária, para fundamentar as conclusões e as opiniões do auditor quanto ao assunto sob exame.
- d) Técnicas de auditoria são os métodos de investigação estabelecidos durante a fase de realização e não de planejamento da auditoria, utilizados com a finalidade de obter a evidência necessária, para fundamentar as conclusões e não as opiniões do auditor quanto ao assunto sob exame, pois o auditor não deve opinar.
- e) Técnicas de auditoria são os métodos de investigação estabelecidos durante a fase de execução da auditoria, utilizados com a finalidade de obter a evidência necessária, para fundamentar as conclusões peremptórias e não as opiniões do auditor quanto ao assunto sob exame.

34. Marque a alternativa que contemple corretamente as formas em que pode ser realizada a Auditoria Governamental.

- a) Conectada, indireta, compartilhada, subsidiária ou integrada e auditoria simplificada.
- b) Direta, complexa, compartilhada, subsidiária ou integrada e auditoria simplificada.

- c) Direta, indireta, avançada, subsidiária ou integrada e auditoria simplificada.
- d) Direta, indireta, compartilhada, subsidiária ou parcial e auditoria simplificada.
- e) Direta, indireta, compartilhada, subsidiária ou integrada e auditoria simplificada.
35. Marque a alternativa correta que contemple o conceito de Testes de Observância em Auditoria.
- a) Visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- b) Visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle externo estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- c) Não visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- d) Visam à obtenção de não razoável segurança de que os procedimentos de controle externo estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- e) Visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle externo estabelecidos pela Auditoria Externa estão em efetivo funcionamento, de acordo com as normas legais internas vigentes.
36. Marque a alternativa correta na qual conste a classificação das evidências em Auditoria Governamental, conforme o INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).
- a) Evidência documental, testemunhal e analítica.
- b) Evidência física, documental, testemunhal e analítica.
- c) Evidência física, documental e testemunhal.
- d) Evidência física, documental e analítica.
- e) Evidência física, documental, testemunhal e circularizada.
37. Marque a alternativa correta que abranja a definição de Revisão Analítica ou Procedimento Analítico para fins de Normas de Auditoria.
- a) Procedimentos Analíticos são avaliações de informações contábeis, por meio de análises das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem, significativamente, dos valores esperados.
- b) Procedimentos Analíticos são avaliações de informações não contábeis, por meio de análises das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem, significativamente, dos valores esperados.
- c) Procedimentos Analíticos são avaliações de informações contábeis por meio de análises das relações plausíveis entre dados somente financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem, significativamente, dos valores esperados.
- d) Procedimentos Analíticos são avaliações de informações contábeis por meio de análises das relações não plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem, significativamente, dos valores esperados.
- e) Procedimentos Analíticos são avaliações de informações à margem da contabilidade por meio de análise das relações, entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também,

o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou não, que diferem, significativamente, dos valores esperados.

38. Marque a alternativa correta que diz respeito somente às ações restritas ao Exame Físico em Auditoria Governamental.
- a) Contagem de caixa, contagem de aplicações financeiras, confirmação ou circularização via inquérito, verificação da execução de contratos e acompanhamento da execução de obras.
 - b) Confirmação ou circularização monitorada, contagem de aplicações financeiras, contagem de estoques, inquérito, verificação da execução de contratos e acompanhamento da execução de obras.
 - c) Contagem do fundo fixo de caixa, revisão analítica a distância, confirmação ou circularização financeira, contagem de estoques com monitoramento à distância, verificação da execução de contratos e acompanhamento da execução de obras.
 - d) Contagem de caixa, contagem de aplicações financeiras, contagem de estoques, verificação da execução de contratos e acompanhamento da execução de obras.
 - e) Contagem de caixa, monitoramento da movimentação financeira e patrimonial, contagem de aplicações financeiras via monitoramento, contagem de estoques, confirmação ou circularização e acompanhamento da execução de obras.
39. Marque a alternativa correta que diz respeito somente às ações pertinentes à conferência de cálculos em Auditoria Governamental.
- a) Visa à adequação das operações aritméticas, ou não, de qualquer espécie, contratuais ou não, podendo revelar erros somente subjetivos e não objetivos cometidos durante a contabilização das transações, distorcendo as demonstrações contábeis da entidade.
 - b) Visa à adequação das operações não aritméticas, podendo revelar erros cometidos durante a contabilização das transações, distorcendo as demonstrações contábeis da entidade.
 - c) Visa à adequação das operações aritméticas ou não, podendo relevar erros cometidos durante a contabilização das transações, distorcendo as demonstrações contábeis da entidade.
 - d) Visa à adequação das operações aritméticas, ou não, somente decorrentes de contratos, podendo relevar erros cometidos durante a contabilização das transações, distorcendo as demonstrações contábeis da entidade.
 - e) Visa à adequação das operações aritméticas, podendo relevar erros cometidos durante a contabilização das transações, distorcendo as demonstrações contábeis da entidade.
40. Marque a alternativa correta que contempla o conceito de observação em Auditoria.
- a) É uma técnica de auditoria aplicável somente nas empresas privadas, que independe da objetividade ou subjetividade do auditor, nem se configurando técnica de auditoria e sim procedimento de auditoria.
 - b) Nada tem de subjetivo, embora a sua adoção possa revelar erros, problemas ou deficiências do objeto em exame.
 - c) É uma técnica mais subjetiva, pois depende da experiência e perspicácia do auditor. Pode revelar erros, problemas ou deficiências do objeto em exame.
 - d) É um procedimento de auditoria privada, não adotada na área de auditoria pública, que não admite subjetividades e sim, somente, objetividades.
 - e) Não se configura uma técnica de auditoria pública, embora seja subjetiva, pois depende da experiência e perspicácia do auditor. Pode revelar erros, problemas ou deficiências do objeto em exame.

41. Marque a alternativa na qual conste a concepção correta de inquérito como técnica de Auditoria Pública.

- a) Consiste na formulação de perguntas formais ou contatos informais e na obtenção de respostas satisfatórias. Porém não se configura como uma entrevista, pois não é admitida em auditoria pública, recomendando-se, todavia, que as informações obtidas sejam comprovadas para validar a opinião do auditor.
- b) Consiste na formulação de perguntas formais ou contatos informais e na obtenção de respostas satisfatórias. Trata-se, na realidade, de uma entrevista, recomendando-se, todavia, que as informações obtidas sejam comprovadas para validar a opinião do auditor.
- c) Consiste na formulação de perguntas formais ou contatos informais e na obtenção de respostas satisfatórias, ou não. Não se configurando como uma entrevista, recomendando-se, todavia, que as informações obtidas sejam comprovadas para validar a opinião do auditor.
- d) Consiste na formulação de perguntas formais ou contatos informais e na obtenção de respostas, não necessariamente comprovadas. Trata-se, na realidade, de uma não entrevista.
- e) Consiste na formulação de perguntas necessariamente formais, pois a informalidade não é admitida no serviço público, e na obtenção de respostas satisfatórias. Não se configura, porém, na realidade, como uma entrevista, não havendo necessidade de que as informações obtidas sejam comprovadas para validar a opinião do auditor.

42. Marque a alternativa abaixo que contempla corretamente a técnica de auditoria intitulada de circularização.

- a) É a declaração informal e imparcial de pessoas independentes da instituição auditada para verificar ou não determinado fato e não ato administrativo ligado ou não ao objeto do exame. É realizada com o encaminhamento de entrevistas ou solicitação de documentos a terceiros, a pedido do auditor, que comprovem a legitimidade das operações contabilizadas.
- b) É a declaração informal e imparcial de pessoas dependentes ou independentes à instituição auditada para verificar determinado ato ou fato administrativo ligado ao objeto do exame. É realizada com o encaminhamento de entrevistas ou solicitação de documentos a terceiros, a pedido do auditor, que comprovem a legitimidade das operações contabilizadas.
- c) É a declaração formal e imparcial de pessoas dependentes da instituição auditada para verificar determinado ato ou fato administrativo ligado ou não ao objeto do exame. É realizada com o encaminhamento de entrevistas ou solicitação de documentos a terceiros, a pedido do auditor, que comprovem a legitimidade das operações contabilizadas.
- d) É a declaração formal e imparcial de pessoas independentes à instituição auditada para verificar determinado ato ou fato administrativo ligado ao objeto do exame. É realizada com o encaminhamento de entrevistas ou solicitação de documentos a terceiros, a pedido do auditor, que comprovem a legitimidade das operações contabilizadas.
- e) É a declaração formal ou informal, porém imparcial de pessoas independentes à instituição auditada para verificar determinado ato ou fato administrativo ligado ao objeto do exame. É realizada com o encaminhamento de solicitação de documentos a terceiros, e não de entrevistas, a pedido do auditor, que comprovem ou não a legitimidade das operações contabilizadas.

43. Marque a alternativa correta, no que respeito às prescrições constitucionais sobre as competências de fiscalização por parte do controle interno e externo, em se tratando da União.
- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e exclusivamente das entidades da administração direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - c) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, cabendo, somente, ao controle interno a fiscalização operacional, face à proximidade do órgão auditado.
 - d) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, cabendo, precipuamente, ao controle interno a fiscalização financeira, para possibilitar, mais amiúde, o controle efetivo.
 - e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação das subvenções será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, cabendo ao controle interno a fiscalização no que diz respeito à renúncia de receitas.
44. Marque a alternativa correta que diz respeito às prescrições constitucionais sobre as atividades de Controle Externo da União, em se tratando da fiscalização contábil, financeira e orçamentária:
- a) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio da Procuradoria Geral da República.
 - b) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União, será exercido com o auxílio da Controladoria Geral da União.
 - c) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido sob o comando do Tribunal de Contas da União.
 - d) O controle externo, a cargo da Controladoria Geral da União, será exercido pelo Tribunal de Contas da União.
 - e) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
45. Marque a alternativa correta no que respeita às prescrições da Lei nº 10.180/2001, em se tratando do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- a) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, ficando a cargo do

- controle externo, de forma exclusiva e não concomitante, a avaliação das ações governamentais, no que respeita, somente, à avaliação de conformidade.
- b) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional, ficando a cargo do controle externo, de forma exclusiva e não concomitante, a avaliação da gestão dos administradores públicos federais.
- c) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.
- d) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio do TCU, a quem cabe, exclusivamente, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- e) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional, e a apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional, principalmente no que respeita ao controle patrimonial, pois este é de competência exclusiva e não concomitante do controle externo.
46. Marque a alternativa que evidencia, corretamente, as finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme o Decreto do Presidente de República nº 3.591/2000.
- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, não sendo da sua competência legal, em respeito ao princípio da independência dos poderes, apoiar o controle externo, leia-se Tribunal de Contas da União, no exercício da sua missão institucional.
- c) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, não sendo da sua competência legal fiscalizar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito e avais; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, sendo de competência exclusiva do controle externo exercer o controle sobre as garantias eventualmente prestadas ou recebidas, assim como sobre os direitos e haveres da União.

- e) Avaliar, somente quando determinado pelo Tribunal de Contas da União, ou pelo Presidente da República, ou mesmo pela Justiça Federal, ou Tribunais Superiores, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
47. Marque a alternativa correta que destaque, conforme a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, que dispõe sobre a avaliação dos controles internos e as condicionantes para que seja efetuada a avaliação dos controles internos.
- a) As unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, informação e comunicação e atividades de monitoramento, ficando a cargo dos órgãos do controle externo as atividades de controle.
 - b) As unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento, deixando para os órgãos do controle externo a avaliação de riscos.
 - c) As unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle e informação, deixando para os órgãos do controle externo a comunicação e atividades de monitoramento.
 - d) As unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.
 - e) As unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes - exclusive o ambiente de controle, que ficará a cargo dos órgãos do controle externo: avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.
48. Marque a alternativa correta, no que respeita aos exames de documentos originais.
- a) Não se configura uma Técnica de Auditoria, face à sua simplicidade, porém, sim, de um mero exame de documentos que comprovem a veracidade das transações, como a sua autenticidade, se o documento é adequado à atividade da entidade, se foi corretamente e por quem de direito aprovado, se foi reconhecido pela contabilidade.
 - b) Trata-se de uma Técnica de Auditoria consistindo no exame de documentos que comprovem a veracidade das transações, como a sua autenticidade, se o documento é adequado à atividade da entidade, se foi corretamente e por quem de direito aprovado, se foi reconhecido pela contabilidade.
 - c) Trata-se de uma Técnica de Auditoria consistindo no exame de documentos que comprovem a veracidade das transações, como a sua autenticidade, se o documento é adequado à atividade da entidade, se foi corretamente e por quem de direito aprovado, sendo despicienda a constatação de ter sido reconhecido pela contabilidade.
 - d) Não se configura uma Técnica de Auditoria, face à sua simplicidade, porém, sim, de um mero exame de documentos que comprovem a veracidade das transações, como a sua autenticidade, se o documento é adequado à atividade da entidade, se foi corretamente e por quem de direito aprovado, sendo despicienda a constatação de ter sido reconhecido pela contabilidade.

- e) Não se configura uma Técnica, muito menos um procedimento de auditoria, sendo um mero exame de documentos que comprovem a veracidade das transações, como a sua autenticidade, se o documento é adequado à atividade da entidade, se foi corretamente e por quem de direito aprovado, ficando a critério do Auditor a constatação ou não de que se o documento foi reconhecido pela contabilidade.
49. Marque a alternativa certa no que respeita à estrutura geral das normas de auditoria da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).
- a) Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade Pública, Normas Gerais, Normas de Procedimento na Execução da Auditoria e Princípios Gerais Impositivos da Contabilidade Públicas.
 - b) Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade Pública, Normas Gerais, Normas de Procedimento na Execução da Auditoria e Normas para a Elaboração de Relatórios.
 - c) Postulados Básicos, Normas Gerais, Normas de Procedimento na Execução da Auditoria e Normas para a Elaboração de Relatórios.
 - d) Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade Pública, Normas Gerais, Normas de Procedimento na Execução da Auditoria e Princípios Gerais Impositivos da Auditoria Pública.
 - e) Postulados Básicos, Normas Gerais, Normas de Procedimento na Execução da Auditoria e Princípios Gerais Impositivos da Contabilidade e da Auditoria Públicas emanados do INTOSAI.
50. Marque a alternativa correta, em se tratando de Normas de Auditoria da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).
- a) Os ditames dos Princípios Gerais Impositivos da Auditoria constituem-se em pressupostos fundamentais, premissas consistentes, princípios e requisitos lógicos que contribuem para a formulação de tipos de auditoria e auxiliam os auditores a elaborar sua opinião e a elaborar seus relatórios, especialmente nos casos em que normas específicas não são aplicáveis.
 - b) Os ditames da Estrutura Conceitual Básica da Auditoria constituem-se em pressupostos fundamentais, premissas consistentes, princípios e requisitos lógicos que contribuem para a formulação de tipos de auditoria e auxiliam os auditores a elaborar sua opinião e a elaborar seus relatórios, especialmente nos casos em que normas específicas não são aplicáveis.
 - c) Os ditames dos Princípios Gerais Impositivos da Contabilidade constituem-se em pressupostos fundamentais, premissas consistentes, princípios e requisitos lógicos que contribuem para a formulação de tipos de auditoria e auxiliam os auditores a elaborar sua opinião e a elaborar seus relatórios, especialmente nos casos em que normas específicas não são aplicáveis;
 - d) Os postulados básicos das normas de auditoria constituem pressupostos fundamentais, premissas consistentes, princípios e requisitos lógicos que contribuem para a formulação de tipos de auditoria e auxiliam os auditores a elaborar sua opinião e a elaborar seus relatórios, especialmente nos casos em que normas específicas não são aplicáveis.
 - e) Os ditames dos Princípios Gerais Impositivos da Contabilidade e da Auditoria Pública constituem-se em pressupostos fundamentais, premissas consistentes, princípios e requisitos lógicos que contribuem para a formulação de tipos de auditoria e auxiliam os auditores a elaborar sua opinião e a elaborar seus relatórios, especialmente nos casos em que normas específicas não são aplicáveis.